

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA APROPRIAÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA PELA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA E A CONSTRUÇÃO DE 'DESPOJOS' PELO COMPERJ

SOCIOTERRITORIAL CONFLICTS IN APPROPRIATION OF GUANABARA BAY DOWN THE PETROCHEMICAL INDUSTRY AND CONSTRUCTION OF 'SPOILS' BY COMPERJ

Thiago Wentzel¹, Jacob Binsztok²

¹ Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Universidade Federal Fluminense (UFF), Niteroi, RJ, Brasil

Correspondência para: Thiago Wentzel (wentzel_bio@hotmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2017.22116

Recebido em: 22 mar. 2016 | Aceito em: 14 set. 2017



RESUMO

O trabalho analisa a conjuntura econômica atual do país a partir do chamado de neoeextrativismo, onde verificamos um processo de perda da participação da indústria de transformação, seguido de um insulamento nos setores extrativistas de commodities, na economia nacional, e os agravamentos espaciais de um modelo econômico que tem como característica principal a superexploração da natureza. Em consequência aos desdobramentos socioespaciais provocados pelos empreendimentos, diversas situações de conflitos envolvendo diferentes grupos sociais diretamente impactados pelos despojos de tais empreendimentos tem sido verificada. A análise se dará a partir do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), em fase de instalação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo na Baía de Guanabara e que vem trazendo impactos diretos aos pescadores locais. Esses são confrontados com os despojos construídos pelo Comperj que vão desde o aumento da poluição ambiental até a diminuição de áreas livres para a pesca. Através da reivindicação da Baía de Guanabara como garantia de seus modos de vida e trabalho os pescadores vêm se engajando no conflito socioterritorial.

Palavras-chave: Neoeextrativismo; Despojos; Comperj; Conflito socioterritorial; Pescadores

ABSTRACT

The paper analyzes the current economic situation of the country from the called neoeextrativismo where we see a process of loss of share of the manufacturing industry, followed by insulation in the extractive industries of commodities, the national economy, and space aggravations of a model economic that has as main characteristic the overexploitation of nature. As a result the socio-spatial developments caused by enterprises, many conflict situations involving different social groups directly affected by the spoils of such projects has been verified. The analysis will be made from the Petrochemical Complex of the State of Rio de Janeiro (Comperj), being installed in the metropolitan area of Rio de Janeiro, especially in Guanabara Bay and has brought direct impacts to local fishermen. These are faced with the spoils built by Comperj ranging from increased pollution to the decrease of free areas for fishing. Through the Guanabara Bay claim as a guarantee of their ways of life and work fishermen come engaging in socio-territorial conflict

Keywords: Neoeextrativism; Spoils; Comperj; socioterritorial conflict; fishermen

INTRODUÇÃO

Na última década, o Brasil vem assistindo a um intenso processo de desenvolvimento econômico pautado, principalmente, no aumento de investimentos tanto públicos quanto privados, em setores produtores de commodities como o agronegócio, o petróleo, gás, e mineração. Nestes termos, grandes empreendimentos concentrados em alguns pontos do país estão sendo implantados.

O objetivo do artigo é analisar o insulamento da economia nacional em direção a setores de cunho extrativista e produtores de commodities e os respectivos desdobramentos socioespaciais desses empreendimentos. No caso, será analisado o conflito socioterritorial estabelecido pela indústria do petróleo e gás que se encontra atualmente em fase de expansão no Estado do Rio de Janeiro e, sobretudo, no interior da Baía de Guanabara, que constrói “despojos” socioespaciais colocando em evidência o processo de intensificação da expropriação dos pescadores artesanais locais.

Quanto à escolha teórico-metodológica da categoria território, ocorre em função de o considerarmos um conceito que viabiliza uma melhor compreensão da espacialidade do social, uma vez que em torno desse conceito abrigam-se relações de poder, disputas e conflitos. É, portanto, o território, “um campo de força do poder espacializado” (SOUZA, 2015. p. 104). Assim, o conflito socioterritorial estabelecido, representa um locus privilegiado para elucidarmos as relações de poder e as assimetrias envolvendo os agentes sociais que o substancializam a partir das estratégias de territorialização que vão dar concretude ao conflito. O trabalho também está fundamentado na contribuição de autores que analisaram o desenvolvimento capitalista seguido da construção de despojos no Brasil.

Contextualizando o (neo)extrativismo.

O extrativismo apresenta uma longa história na América Latina. Por extrativismo, compreende-se as atividades que utilizam ou “exploram bens comuns naturais, com pouco ou sem nenhum processamento e que são comercializados no mercado internacional” (SEOANE, 2013. p. 24). À diferença do extrativismo exportador presente em outros momentos econômicos da América Latina, como no período neoliberal, o “neoextrativismo” não implicou em mudanças que necessariamente

desmantelaram o extrativismo exportador. Pelo contrário, demonstrou um maior aprofundamento do extrativismo (SEOANE & ALGRANATI, 2013. p. 71).

Tem-se observado na América Latina, no decorrer da última década, um processo de recondução, de forma mais enfática, de suas economias, em direção a um modelo extrativo exportador, caracterizando pela exploração de grandes volumes de recursos naturais considerados como commodities (Gudynas, 2012).

Para Gudynas (2009, p. 187), verifica-se atualmente na América Latina a “configuração de um neoextrativismo sob novo estilo de desenvolvimento, em que permanece a lógica da apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva pouco diversificada e altamente dependente da inserção como fornecedores internacionais de matérias-primas” e, embora o Estado desempenhe um papel mais ativo atingindo uma maior legitimidade e redistribuindo parte do excedente gerado pela atividade extrativista, os impactos sociais são repetidos e negativos para o ambiente e para os diversos grupos sociais.

Assim, não se trata apenas de um período que adota a exploração dos bens comuns naturais, mas de um período e conjunto de experiências mais recentes que se iniciam a partir dos anos 2000 com o desenvolvimento e expansão das atividades extrativistas conduzidas, inclusive, pelos novos governos progressistas da América Latina compreendidas, desde as experiências de Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai até Venezuela e Equador, e que têm aumentado a exploração dos bens comuns da natureza neste período através de atividades como “agronegócio, mineração e exploração petrolífera, acentuando e intensificando os impactos sociais e ambientais” (SEOANE & ALGRANATI, 2013. p. 71).

O efeito de reprimarização da economia tem se agravado pelo crescente protagonismo comercial e global da China, que se consolida, atualmente, como o maior comprador de commodities da América Latina (Svampa & Viale, 2014). De tal modo que, as economias latino americanas se viram favorecidas pela alta dos preços internacional das commodities e intensificaram políticas de desenvolvimento que consolidam o neoextrativismo.

Segundo Svampa & Vialle (2014), o atual modelo econômico da América Latina pode ser denominada de “consenso das commodities”. Esse consenso é uma resposta ao Consenso de Washington de 1990, a que, os países latinos estavam subordinados. O referido consenso, como característica principal, a implantação massiva de projetos extrativos orientados para a exportação devendo ser entendido como um novo padrão de acumulação capitalista na região baseado na exploração predatória dos recursos naturais, referendando a China como a grande protagonista deste processo.

O neoextrativismo desenvolvimentista instala uma dinâmica caracterizada por grandes empreendimentos que representam uma lógica de destruição do território e que irrompe neste, expropriando economias regionais, destruindo a biodiversidade e eliminando grupos sociais, em função de um olhar produtivista e eficiente do território que “agrega-se à desqualificação de outras lógicas de valoração presente nos territórios e que passam, então, a ser considerados socialmente dispensáveis e tornam-se “áreas de sacrifício” (SVAMPA & VIALE, 2014. p. 16). Assim, o modelo econômico da América Latina do século XXI pode estar reproduzindo um modelo vivenciado no século XIX. Um modelo de desenvolvimento de adaptação subordinada às potências mundiais (Zícari, 2015).

Desindustrialização e a questão do neoextrativismo no Brasil

Milanez & Santos (2013b) observam que nos últimos anos, ao invés de uma economia diversificada, complexa e funcionalmente integrada, centrada no dinamismo do setor secundário, conforme defendido pelo neodesenvolvimentismo², existe um movimento de insulamento de setores econômicos e redes ou cadeias de produção de alta competitividade e intensivos em recursos naturais, tendo como eixo dinâmico os segmentos de commodities. Segundo Gudynas (2012), o país tem se consolidado na produção e exportação de matérias prima tendo, inclusive, superado a das nações andinas como Venezuela, Equador e Bolívia.

Para Milanez & Santos (2013a) existem indícios de reconhecimento no país de uma economia com forte tendência neoextrativista, principalmente na atividade extrativa mineral fortemente presente, sendo seu principal motor econômico na atualidade. Aliado a esse insulamento nos setores de

commodities, verifica-se também a intensificação do processo de desindustrialização que o país tem vivenciado nas últimas décadas, apresentando reduzido dinamismo industrial não apenas na conjuntura atual, mas desde a década de 1980 demarcando assim uma nova geografia industrial (Arend, 2014).

De acordo com Arend (2014), o Brasil sofre um processo precoce de desindustrialização onde há uma elevada especialização produtiva em setores intensivos de mão de obra e recursos naturais. Ocorre, portanto, uma estagnação de setores industriais mais dinâmicos da nova revolução tecnológica, seguido de um insulamento na direção dos setores industriais extrativos de commodities como os agrícolas e petróleo. Embora haja questionamentos sobre a desindustrialização nacional após a década de 2000¹, Oreiro & Feijo (2010) argumentam que há perda da importância da indústria de transformação brasileira nos últimos 15 anos. Essa perda torna-se notória a partir da análise dos dados da taxa de crescimento da indústria de transformação brasileira que apontam para ela, resultando principalmente na valorização dos preços das commodities e dos recursos naturais no mercado internacional.

Uma ação assertiva dos Estados na consolidação do neoextrativismo, evidencia-se na prioridade concedida à implantação de infraestrutura para o escoamento da produção e para o abastecimento do mercado internacional. No contexto do Brasil, podem ser implicadas as obras associadas do PAC (Milanez & Santos, 2013b). Segundo Castro (2012), o PAC constitui uma macropolítica de crescimento econômico, uma estratégia do Estado e dos setores econômicos e que orienta um modelo de crescimento que vem projetando a modernização do país baseada na produção intensiva de commodities dos setores da pecuária, madeira, grãos, minério e energia.

A pertinência de reconhecer atualmente no Brasil uma inclinação ao chamado “neoextrativismo”, ou seja, um desenvolvimento apoiado na intensificação da exploração dos recursos naturais objetivando a exportação, pode ser constatada no Plano Decenal de Expansão de Energia 2009, realizado pelo Ministério de Minas e Energia. De acordo com o relatório, os investimentos que serão aportados no setor energético brasileiro nos próximos dez anos atingirão o montante de R\$ 951 bilhões, entre projetos nas áreas de energia elétrica, petróleo, gás natural e biocombustíveis. As áreas de petróleo e de gás natural absorverão 70% dos recursos planejados para o setor energético brasileiro até 2019.

As previsões de produção potencial de petróleo e gás, ao longo do decênio 2010-2019, é de duplicação da atual. Estima-se que os crescentes excedentes de produção de petróleo para exportação, podem chegar a valores de aproximadamente 2,2 milhões de barris por dia no final do decênio 2009-2019 (Brasil/MME, 2010).

Dito isso, novas instalações de refino, que deverão contar com alta capacidade de conversão e processos mais sofisticados, focando no aumento da produção de derivados médios, seja para consumo interno ou para exportação estão em fase de construção e algumas já concluídas e operando. Já para a produção de gás natural o crescimento da oferta nacional previsto para o período 2010-2019 é de 67%. Sairá de um patamar de 49 milhões de m³/dia em 2010 para 116 milhões de m³/dia em 2019 (Brasil/EPE, 2010).

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) considerou em sua análise que até 2019 serão instaladas, a Refinaria Potiguar Clara Camarão – RPCC (RN), Refinaria Abreu e Lima ou Refinaria do Nordeste – Rnest (PE), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj (RJ), Refinaria Premium I (MA) e Refinaria Premium II (CE) (Brasil/MME, 2010). Assim, a implantação dessas novas refinarias viabilizará o montante da produção projetado no relatório. Cabe aqui mencionar que as plantas Premium I e II, respectivamente do Maranhão e do Ceará, estavam na pauta e consumiram cerca de 2 bilhões de reais, sendo eliminadas recentemente envolvendo escândalos de corrupção na Petrobrás. Em síntese, os estudos desenvolvidos visando à expansão do parque nacional de refino contemplaram três objetivos estratégicos para o país: 1) Atingir e manter a autossuficiência no abastecimento nacional de derivados combustíveis nobres (leves e médios); 2) Privilegiar, nas novas refinarias, o processamento dos petróleos pesados nacionais, de forma a que o excedente de petróleo exportável seja de melhor qualidade e, por consequência, de maior valor de mercado; 3) Priorizar o processamento local do petróleo nacional sempre que, a longo prazo, as margens previstas indiquem viabilidade e vantagens a exportação de volumes adicionais de derivados (Brasil/MME, 2010).

As mudanças na demanda brasileira de combustíveis e o crescimento da produção de óleo cru exigem uma reestruturação da indústria do petróleo no país. A perspectiva de se tornar um exportador líquido

de óleo cru e um importador líquido de derivados brancos, como diesel e nafta, trouxe à tona a decisão de ampliar o parque de refino no país, a fim de melhorar o balanço econômico desfavorável das exportações e importações (PIQUET, 2012. p. 157). No entanto, a atual conjuntura do país indica que as projeções para o setor petroquímico no país não estão se concretizando.

De acordo com o Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gases Naturais e Combustíveis de 2015, no ano de 2014 o volume de derivados de petróleo importados pelo Brasil atingiu o maior valor em 10 anos, devido principalmente ao volume maior da importação de óleo diesel, GLP e gasolina. Embora a capacidade de refino tenha sido aumentada com o início do funcionamento da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco bem como a produção de derivados do petróleo em 2014 garantiu ao país uma redução na importação de petróleo, seguido de um aumento expressivo das exportações brasileiras de 189 milhões de barris de petróleo, principalmente para os Estados Unidos e a China, verifica-se, em contrapartida, que no mesmo ano o volume de derivados do petróleo importados pelo Brasil atingiu o maior valor em 10 anos. Dentre os derivados importados estão o óleo diesel, GLP e gasolina, seguido de uma diminuição da exportação dos derivados de petróleo quando comparado com anos anteriores. Assim, o Brasil teve em 2014 um resultado deficitário no comércio internacional de petróleo e derivados, indicando uma maior dependência externa de petróleo e seus derivados (ANP, 2015).

Pode-se concluir que, se por um lado o país vem buscando a autosuficiência da demanda interna de petróleo e produtos derivados do refino diminuindo assim, as taxas de importação, por outro lado, se alinha na posição de maior projeção no mercado internacional, através do aumento da produção das commodities.

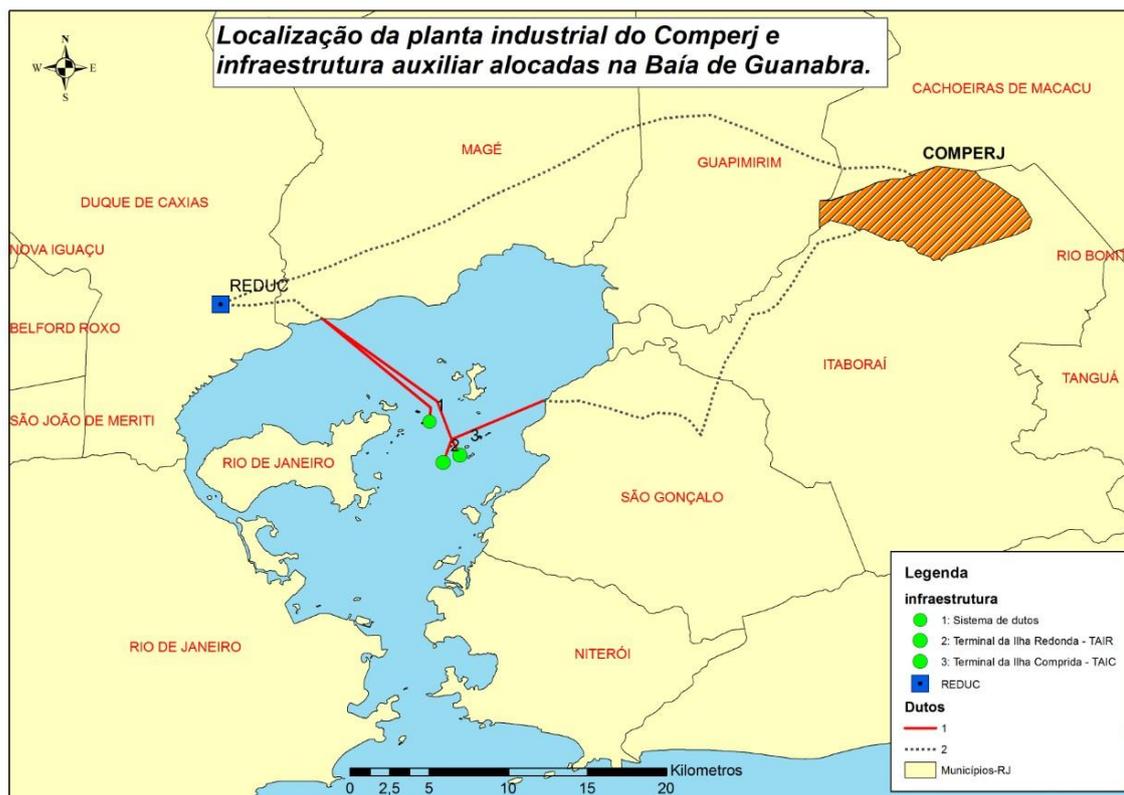
Apropriação da Baía de Guanabara pela cadeia produtiva de petróleo e gás – Comperj.

A descoberta de novas jazidas de petróleo em camadas mais profundas às atualmente exploradas, conhecidas como camadas do pré-sal, em 2003, alterou significativamente o cenário de médio e longo prazo da cadeia produtiva de petróleo e gás no país. A descoberta de volumosas reservas de petróleo na chamada camada do pré-sal, elevou o Brasil a uma posição de destaque no mercado energético

global. O Brasil, que detinha até então modestas reservas em torno de 13 bilhões de barris, rapidamente passou a estimar inicialmente a existência de 30 bilhões de barris e, logo depois, 100 bilhões de barris nas porções do território definidos como águas ultraprofundas (Binsztok, 2012). Com este incremento, o Brasil ficou na 15ª posição no ranking mundial de reservas de petróleo; 13ª lugar no que toca o volume da produção de petróleo; 8ª lugar no ranking do refino (ANP, 2015). Desta forma, visando consolidar as novas metas propostas para o desenvolvimento do país, o Governo Federal lançou, no ano de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contempla grandes empreendimentos de cunho estratégico para o desenvolvimento.

O Estado do Rio de Janeiro, pela sua posição privilegiada em relação às principais bacias de produção de petróleo em água profunda, e considerando o relativo desenvolvimento de uma forte rede de empresas de suporte às atividades de extração e exploração de petróleo, tem atuado com vários arranjos no sentido de manter o seu projeto de desenvolvimento territorial, agregando os grandes projetos industriais e de infraestrutura, em especial, os voltados ao setor petrolífero. Nos últimos 10 anos, o espaço da Baía de Guanabara tem sido reconfigurado em grande parte, conduzido pela expansão da cadeia produtiva de petróleo e gás na região (Malerba et. al, 2013).

Nesse contexto e em consonância com o pré-sal, o Governo Federal projetou o Comperj, que se encontra atualmente com 80% das obras já concluídas no município de Itaboraí na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), em uma área de 45.000 Km². Projetado de acordo com uma estrutura de múltiplas gerações articuladas em cadeia (Binsztok & Wasserman, 2012), destaca-se pela sua magnitude espacial (ver mapa 01). Além da planta industrial, o empreendimento conta ainda com uma extensa infraestrutura-auxiliar em fase de construção no interior da Baía de Guanabara, a saber: 1) Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS), que inclui a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), implantação de dutos e instalações de apoio nos Terminais da Ilha Comprida (TAIC) e da Ilha Redonda (TAIR); 2) Construção de um Terminal de Gás Natural (GNL), na Baía de Guanabara, e o projeto para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) (LIMA/PPE/COPPE/UFRJ, 2009).



Mapa 01. Representação do Comperj e sua magnitude espacial. Os pontos 1, 2 e 3, apresentados no mapa, são áreas de exclusão para a pesca. O item 1 apresenta uma extensão de segurança de 400m para cada lado do sistema de dutos. O item 2 e o item 3 possuem uma envoltória de 2km de raio, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental do sistema de dutos e terminais do Comperj.

Fonte: Produzido pelos autores.

A chegada do Comperj e dos empreendimentos que constituem a infraestrutura-auxiliar vem submetendo a região, especificamente a Baía de Guanabara, a despejos que, por sua vez, atingem diretamente os pescadores artesanais locais. Importante mencionar, que a Baía de Guanabara há décadas convive com os ambientais oriundos do entorno das indústrias do seu entorno, com destaque para a Reduc. Segundo Elmo Amador, a Baía de Guanabara sofre com os inúmeros problemas ambientais decorrentes de uma ocupação desordenada de seu entorno e efluentes industriais poluentes e estima-se que já tenha perdido cerca de 80 km² do espelho d'água para realização de aterros e lixões (Amador, 1997). Atualmente, os pescadores locais são confrontados com a reestruturação da cadeia produtiva do petróleo e gás na Baía de Guanabara, sofrendo novos processos de despejo, tanto pelo aumento da poluição hídrica, quanto pela restrição de extensas faixas marítimas onde a pesca torna-se proibida, em função dos novos usos. Dessa forma, nas narrativas das lideranças dos pescadores locais predomina uma narrativa de revolta e incertezas no que tange à continuidade da sua sobrevivência.

Revisitando a acumulação primitiva: Apropriação do bem comum

Para Marx, por acumulação primitiva pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de um processo ocorrido em passado distante. É, portanto, uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida (p. 835, 2014). Trata-se, então, de um pré-requisito para o capital (Marx, 1981). Considerada primitiva, pois constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista, onde a expropriação do camponês, que fica privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. É a separação histórica entre os trabalhadores e as condições de trabalho através da qual o capitalismo se implanta. (Moreira, 2015). E que incide, “naqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência” (MARX, p. 838. 2014), isto é, a terra enquanto um bem comum e até então de uso coletivo, tornada privada.

No entanto, “a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 1987. p. 21). Diz respeito, também, ao momento seguinte quando o capitalismo se encontra já implantado assegurando, assim, a permanência estrutural do sistema enquanto processo que se reproduz continuamente, isto é, “o ad eternum que o inaugura e repete continuamente” (MOREIRA, 2015. p. 10).

O geógrafo David Harvey inaugura o conceito de “acumulação por espoliação” como parte de uma análise atualizada da acumulação primitiva de Marx, que pode ser lida como uma fase de transição, em que tal estrutura, isto é, a acumulação primitiva, deve se reproduzir ciclicamente junto ao todo reprodutivo (Moreira, 2015). Compreende a acumulação por espoliação como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista, com o forte apoio dos poderes do Estado (HARVEY, 2013, p. 128). Nesse caso, o que a acumulação por espoliação faz é se apossar desses ativos e propiciar um uso lucrativo. Trata-se da apropriação da natureza por parte do Estado em prol de interesses privados em função de um modelo de desenvolvimento alheio à reprodução da vida nos territórios antes públicos, comunais (Perez & Gomes, 2014).

De acordo com Harvey, também foram criados mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. Dentre esses a escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e a mercantilização da natureza que tem varrido o mundo em uma nova onda de expropriação das terras comuns (HARVEY, 2013, p.123).

Uma forma particular de acumulação capitalista se caracteriza pela apropriação privada e violenta dos bens naturais comuns que cumprem um papel relevante no funcionamento desse modelo extrativo exportador. (Seoane, 2013). Esse modelo tem gerado consequências diretas sobre sistemas de produção de base familiar e os modos de vida da população (Monique, 2015).

No Brasil, os processos de despojo estão intimamente condicionados aos projetos de modernização e ciclos desenvolvimentistas. Pode ser verificado, por exemplo, na década de 1970, onde o êxodo rural foi potencializado pela modernização e mecanização do campo resultando na expropriação do campesinato (Palmeira, 1989). Processo que gerou, no primeiro momento, a expulsão da força de trabalho camponesa das plantations, seguido da formação de um campesinato marginalizado, isto é, que não é eliminado pela agricultura capitalista, mas o mantém em subordinação podendo, assim, extrair excedentes iniciando um processo de migração em direção às cidades (Velho, 1976). Na análise do atual desenvolvimento da região Amazônica, Binsztok & Carneiro (2015) alertam que comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, encontram-se atualmente sob risco de desaparecimento e na iminência de serem expulsas para abrigar novos empreendimentos mineradores e a construção de hidroelétricas para o abastecimento de mercados regionais e nacionais. Tais comunidades são, em geral, deslocadas em função dos empreendimentos.

A considerar as particularidades que resguardam o período histórico em que os autores fizeram as respectivas análises, uma categoria parece-nos crucial para compreender o capitalismo contemporâneo, a de despojos, e por isso entendemos os processos de expropriação do trabalhador do seu meio de produção, seja a terra no caso do camponês, ou o mar no caso do pescador, como a tomada dos ambientes comuns e de uso coletivo e conseqüente transformação em “bens privados”. Conforme Binsztok & Carneiro (2015), é central pensar os despojos, tanto pelos passivos ambientais gerados

pelos empreendimentos quanto pela situação de pobreza a que foram reduzidas as comunidades locais e expropriação compulsória.

A indústria petroquímica na Baía de Guanabara e a construção de despojos

Os sistemas tradicionais de pesca e de acesso a espaços de recurso comum começaram a ser ameaçados pela incorporação desses territórios pela expansão industrial no Brasil após a década de 70. As maiores pressões são devidas à implantação de grandes pólos petroquímicos e metalúrgicos no litoral sudeste-sul (Diegues, 1995).

O atual cenário de intensa degradação da Baía de Guanabara já é por si só um despojo do desenvolvimento com grande participação da indústria petroquímica no passado e no presente. A Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e o Polo Petroquímico que se formaram no seu entorno estão entre as principais indústrias responsáveis pela degradação ambiental da Baía de Guanabara e, portanto, com maior presença de efluentes industriais na região (Plano Diretor da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, 2005).

Frente a isso, os pescadores da Baía de Guanabara têm se deparado com um cenário marcado pela redução do pescado e perda de diversas espécies, aumento da poluição hídrica, ficando sujeitos a maiores riscos no exercício da pesca já que tentam compensar esta situação avançando cada vez mais longe em busca da pesca, o que faz aumentar ainda mais os riscos de acidentes inerentes a essa atividade (Rosa & Matos, 2010).

A chegada do COMPERJ vem, portanto, potencializar os despojos que podem estar na Baía de Guanabara. Neste sentido, faz-se mister observar a Baía de Guanabara como um bem comum e de uso coletivo que sofre com os despojos da indústria petroquímica há décadas e que vem passando, nos últimos anos por um notório processo de redução das áreas de pesca e na consequente expropriação dos pescadores locais.

Nota-se, então, o uso de forma deletéria dos espaços não mercantis e, portanto, de uso coletivo, por atividades que sujeitam esse espaço comum a despojos resultantes da produção industrial. Este processo pode ser verificado nas narrativas dos pescadores locais conforme a fala do presidente da colônia de pesca Z8, “a pesca artesanal, hoje na baía da Guanabara, eu vejo como a exclusão dela, o sumiço dela. Ela tá sendo exaurida pelos empreendimentos dentro da baía da Guanabara. É assim que eu vejo hoje a pesca na Baía da Guanabara, o sumiço dela” (Liderança da colônia Z8, entrevista realizada em 02/08/2013).

Verifica-se, aí, a inviabilização, sobretudo de certas práticas espaciais (Acselrad, 2013), como a prática e o uso pesqueiro da Baía de Guanabara, onde a transformação repercute diretamente na reprodução da prática espacial pesqueira. Assim sendo, o COMPERJ e sua infraestrutura-auxiliar comprometem a reprodução dos modos de vida e trabalho dos pescadores da Baía de Guanabara.

O território em disputa: conflitos na Baía de Guanabara

Tendo em vista a instalação do COMPERJ e, principalmente da infraestrutura-auxiliar que vem sendo implantada no interior da Baía de Guanabara, constata-se uma lógica de apropriação da Baía de Guanabara por parte da indústria petroquímica e do Estado enquanto responsável pela empresa Petrobrás, para atender a fins específicos, mas que automaticamente tem gerado a expropriação dos pescadores desse território. A perda do território pesqueiro (Dias, et. al, 2013) tem sido maximizada em função da magnitude espacial dessas plantas que impõem extensas faixas marinhas de restrição de uso local. O que era ponto tradicional de captura do pescado agora tem tido o uso restrito aos novos empreendimentos.

Assim, o território se coloca como conceito fundamental para melhor compreensão do conflito em questão. Longe do abrigo de recursos naturais, população, e de soberania por parte do Estado, isto é, sua dimensão físico-territorial (Souza, 2009), o território é antes o espaço geográfico apropriado, e, está diretamente condicionado à territorialidade dos grupos que ali residem (Porto-Gonçalves, 2002). “O território é apropriação exercida pelas ações (práxis) que se expressam em dimensões materiais e

imateriais” (SOUZA, 2009. p. 2009). É, portanto, socialmente construído e apropriado pelos grupos sociais, e é também, funcional e simbólico, pois produzimos funções e significados (Haesbaert, 2005). Na configuração desse processo, forja-se a tríade conceitual “território-territorialidade-territorialização” (Porto-Gonçalves, 2002, p.230), em que os conflitos se dão, sobretudo, nas relações capitalistas que tendem a homogeneizar territórios e territorialidades.

O território constitui um modo de dar significado às relações de poder (Souza, 2009). Por sua vez, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão política diz respeito, também, às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Haesbaert, 2005). Assim, a Baía de Guanabara expressa a base da territorialidade pesqueira.

Neste sentido, entender o conflito em questão é, sobretudo, entender como os pescadores da região começam a reivindicar o território da Baía de Guanabara como garantia da existência de seus modos de vida, uma vez que ela não apresenta o mesmo sentido para os pescadores artesanais e para os agentes modernizadores como a Petrobrás, enquanto responsável pelo COMPERJ.

Diante disso, os pescadores artesanais vêm se mobilizando em torno de suas entidades representativas como as colônias e associações de pesca. Trata-se da reapropriação do território pelos pescadores artesanais que se veem na condição de despojos. Dentre as lideranças pesqueiras, chama atenção a Associação Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), reconhecida por Herculano (2012) como a mais combativa atualmente na Baía de Guanabara. Conforme fala do presidente da Ahomar, o Sr: Alexandre Anderson:

A AHOMAR é contra os empreendimentos, de preferência que estes empreendimentos vão embora. Nós queremos preservar a questão histórica e cultural da nossa identidade. Porque se falar pra gente, nós vamos indenizar, vamos mandar vocês pra outra região, e aí, a nossa história? Nossas raízes? Não queremos isso. A pesca na Baía da Guanabara ainda concentra toda essa história essa cultura (Liderança da AHOMAR, entrevista realizada em 27/09/2013).

O recrudescimento das proibições de uso das áreas marinhas, sobretudo a pesca, levam a maximização dos despojos, como a poluição e o iminente risco de acidentes ambientais como o ocorrido no ano de 2000, por vazamento de toneladas de óleo oriundos de navio a serviço da Petrobrás, que provocou imensos danos ambientais e inviabilizou a pesca na Baía de Guanabara por 30 dias, subsidiando o conflito entre os pescadores e a referida empresa. Sobre os despojos na Baía complementa o presidente da Ahomar, “*nós sabemos que o meio ambiente é atingido primeiramente e por sua vez o pescador que é parte dele também*” (Liderança da Ahomar, entrevista realizada em 05/11/2015).

No que tange às novas áreas de exclusão da pesca atualmente na Baía de Guanabara, em função das restrições de proximidade que os empreendimentos que constituem a infraestrutura-auxiliar impõem, argumenta uma das lideranças pesqueiras “*Onde não podemos pescar eu já sei, eu quero saber onde que nós podemos pescar?*” (Liderança da colônia Z9, entrevista realizada em 11/12/2015). Segundo Chaves (2011) utilizando como metodologia os “mapeamentos participativos”, a autora chega à seguinte conclusão:

Os mapas mostram que, apenas 25%, aproximadamente, da Baía de Guanabara, estão livre de qualquer restrição. Logo, estas áreas são livres para a pesca. Incluindo a Área de Influência Indireta dos dutos e terminais, esta área reduz para 12% (CHAVES, 2011, p.154).

Isso faz com que os pescadores, enquanto grupo social atingido por estes empreendimentos se mobilize em lutas sociais que irão materializar o conflito. Conforme Bourdieu (2011. p.27), os conflitos constituem uma dimensão permanente das práticas sociais e são vistos com inerentes às relações intrapessoais, interpessoais e transpessoais. Assim, “o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito”. Porém, é preciso reconhecer que não cabe uma separação entre o ser social e o ser geográfico. “O ser social é indissociável do estar” (PORTO GONÇALVES, p. 229). Portanto, a conflitividade socioterritorial carrega em seu bojo, sobretudo, a disputa pelo território, uma vez que tais conflitos “não estão à parte da sociedade em que se desenrolam, são reflexos da história e dos padrões sócio-espaciais da mesma” (RAMOS, 2003. p. 03).

Os pescadores vêm protagonizando o conflito socioterritorial que se territorializa a partir da Baía de Guanabara enquanto sua condição material de existência, que expressa formas de apropriação e uso pelos pescadores, e enseja territorialidades. Ora, os pescadores lutam pelo reconhecimento de seus modos de vida e trabalho que estão diretamente condicionados ao território, substancializando, assim, a territorialidade pesqueira, o ser pescador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ganhos pautados desde a última década no excedente obtido pela comercialização das commodities na América Latina, não foi capaz de fazer uma revolução tecnológica, para assegurar uma possível saída da complexa equação do capitalismo dependente, muito embora, conforme afirma Furtado (1978), apenas o desenvolvimento industrial não assegura condições para equacioná-la. A relação dos países de centro com capacidade tecnológica e os países retardatários caracterizados pela produção de matéria prima, tem sido mantida no continente. Zicari (2015) alerta que a tentativa de agregar valor aos commodities, em especial o lítio, não obteve êxito no continente, sobretudo pelas oscilações de preço a que as commodities estão submetidas, principalmente por estarem condicionados à financeirização da economia.

O resultado da alta dos preços de commodities, que levou os governos latinos a intensificarem suas políticas de desenvolvimento pautado no consenso das commodities, teve como objetivo majoritário, abastecer a demanda chinesa a partir da superexploração da natureza e da consequente intensificação dos despojos (Seoane, 2013), trazendo à tona a intensificação dos conflitos socioterritoriais. Constatase, aqui, a problemática envolvida numa economia insulada na extração de commodities, que circunstancia os empreendimentos capitalistas no país, que se expandem através da construção de despojos, e que atingem, de forma aguda, os grupos socioeconomicamente mais frágeis.

Reconhecemos que os debates em torno do neoextrativismo no Brasil ainda são recentes, embora, notório o protagonismo das commodities na economia nacional, que vem aumentando, pois segundo o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país fechou o ano de 2015 com destaque positivo na indústria extrativa mineral que acumulou crescimento de 4,9%, influenciado, tanto pelo aumento da extração de petróleo e gás natural, quanto pelo crescimento da extração de minérios ferrosos e na agropecuária de 1,8%. Portanto, há uma perda da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto, seguido de um aumento da indústria extrativista.

Contudo, parte das projeções previstas no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) para a exportação de petróleo não se concretizaram. A atual crise das commodities vem refletindo negativamente no país. Grande parte das obras projetadas, como refinarias, ainda não foram concluídas, exemplificando o COMPERJ e outras não saíram dos projetos como a Premium I e II, respectivamente no Maranhão e no Ceará. No caso do COMPERJ, verifica-se que os problemas vivenciados na região são causados pela desordem territorial promovida pela lógica que acompanha o empreendimento, onde o local perde na disputa de lugares para a implantação de empreendimentos industriais.

A implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) no interior da Baía de Guanabara elucida as contradições e desigualdades socioespaciais decorrentes dos empreendimentos capitalistas no país. Portanto, no que toca aos conflitos entre os pescadores enquanto grupo social impactado pela desestruturação territorial conduzida pelo COMPERJ, verificamos o potencial político da categoria território, isto é, da Baía de Guanabara, que vem sendo reivindicada pelos pescadores num processo de luta, fazendo emergir o choque entre os diferentes projetos de uso deste território, onde, a legitimação de um, ou seja, a apropriação pela indústria petroquímica, exclui a pesca.

Como afirmou Milton Santos, “organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço” (Santos, 1992. p. 5), ou seja, o modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço (MOREIRA, 2011. p. 73). Logo, a construção dos despojos pela indústria petroquímica na Baía de Guanabara desorganiza o território e desestrutura os modos de vida e produção (trabalho) dos pescadores. A lógica territorial dos empreendimentos contrapõe-se a dos pescadores (Binsztok &

Faria, 2013), pois os territórios se distinguem segundo agentes sociais que os constroem (Haesbaert, 2005). Logo, são constructos distintos de território que estão em disputa na Baía de Guanabara.

Agradecimentos

Agradecemos a ajuda e colaboração de Luis Villacís Taco na produção do mapa. Bolsista da Organização dos Estados Americanos e mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Prefácio. In: 50 anos da refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Juliana Malerba e Sebastião Raulino (Orgs). FASE, Rio de Janeiro. 2013.

AMADOR, Elmo. Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: homem e natureza. 3 ed. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1997.

AREND, Marcelo. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. pp 375 – 422. In: IPEA - Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Ed: André Bojikian Calixtre, André Martins Biancarelli, Marcos Antonio, Macedo Cintra. – Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia – Empresa de Pesquisa Energética. Plano Decenal de Expansão de Energia 2019. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pdee/forms/epestudo.aspx> . Acesso em 10 de novembro de 2015.

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo/ANP. Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=78136&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&1467296927642>>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

BINSZTOK, Jacob. A cidade do Rio de Janeiro e a cadeia produtiva do petróleo. In: BINSZTOK, Jacob; MONIÉ, F (Orgs). Geografia e Geopolítica do petróleo. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 368p. p. 263-277.

BINSZTOK, Jacob; WASSERMANM Julio Cesar. Considerações sobre o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) e sua região. In: BINSZTOK, Jacob; MONIÉ, F (Orgs). Geografia e Geopolítica do petróleo. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 368p. p. 293-311.

BINSZTOK, Jacob; FARIA, Camila da Silva. Desenvolvimento capitalista e (des)estruturação de comunidades ribeirinhas no Baixo Amazonas (Santarém-Oriximiná-PA). Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 3, n.1, p 184 - 201. Janeiro/julho. 2013.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração Nacional, Desenvolvimento Capitalista e Projetos Modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da Mineração Rio do Norte – PA. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 18, nº. 28 – Edição Especial pp. 92-105. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. 11 ed. São Paulo: Papirus editora, 2011. 224p.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CHAVES, Carla Maria Stela Ramôa da Silva. Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências. 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima. 1 ed. São Paulo. Napaub-USP, 1995. 260p.

DIAS, Alexandre Pessoa.; SOUZA, Alexandre Anderson.; MAIA, Aline Borghoff.; BERZINZ, Felix Augusto Jacobson. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. Revista Ética e Filosofia Política – Nº 16 – Volume 1 junho de 2013.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. 1 ed. São Paulo: Circulo do Livro, 1978. 170p.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalências del progresismo sudamericano. Mexico. Política y Gobierno. Volume XIX, nº 1. 2012.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2013. 201p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. USP. 2005.

HERCULANO, Selene. Pesca e petróleo no litoral fluminense. Revista Nordestina de Ecoturismo. Aquidabã, v.5, n.1, Jan/Abr, p.39-52, 2012.

LIMA/PPE/COPPE/UFRJ. Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Investimentos da Petrobrás na Área de Abrangência da Baía de Guanabara – PLANGAS, GNL e COMPERJ. Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE). 2009.

MALERBA, Juliana; RAULINO, Sebastião; NEVES, Marcelo; ARANDA, Agno; RAMOS, Fernando. 50 anos de REDUC: ganhos, perdas e danos. Desafios para o futuro. In: MALERBA, Juliana; RAULINO, Sebastião (Orgs). 50 anos da refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. 1 ed. Rio de Janeiro: FASE, 2013. p. 324. p. 9-13.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I, volume 2. 27 ed. São Paulo: Civilização brasileira, 2014. 937p.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1981. 136p.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Sales Pereira. Neoeextrativismo o Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. R. Pós Ci. Soc. v 10, n 19, jan/jun. 2013a.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Sales Pereira. Neodesenvolvimentismo e neoeextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: 37o. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013b.

MONIQUE, Luis Felipe Rincón. (Neo) extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Introdução. . Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 18, n 28 – Edição Especial. p. 09-18. 2015.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: OLIVEIRA, Macio Pinon; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 416p. p. 85-115.

MOREIRA, Ruy. O capítulo 24 e o segredo da atualidade analítico-estrutural do capital de Marx. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)., v.11, n.16, p.9-19. jul/dez. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1987. 87p.

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmen. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, v. 30, n 2. p. 219-232, abril/junho. 2010.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. v.3 n.7 São Paulo Sept/Dec. 1989.

Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro. Relatório final. Consórcio Ecologus – Agrar. 2005.

PÉREZ, Mercedes Solá.; GOMÉS, Jorge Ramón Montenegro. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: conflitos e resistência nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil. Soc. & Nat., Uberlândia, n 26, v 1. p 37-47, jan/abr. 2014.

PIQUET, R. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: Geografia e Geopolítica do petróleo. In: BINSZTOK, Jacob; MONIÉ, F (Orgs). Geografia e Geopolítica do petróleo. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 368p. p. 147-171.

PLANAVE. Relatório de Impacto Ambiental de píer e via especial de acesso para o transporte de grandes empreendimentos do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ). 2010. 64p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: CECÊNA, Ana Esther (Org.). A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002. 280p. p. 215-245.

RAMOS, Tatiana Tramontani. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2016.

RANGEL, Lorena.; VILELA, Júlia.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafando: os múltiplos protagonistas na América Latina em Transformação. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/10.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2016. 2005.

ROSA, Marcia Ferreira Mendes.; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. Ciência e Saúde coletiva, n 15. p. 1543-1552, 2010.

SANTOS, Milton. 1992: A redescoberta da natureza. Estud. v.6 n.14 São Paulo Jan./Apr. 1992.

SEOANE, José. Modelo extractivo y acumulacion por despojo. In: SEOANE, Jose; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara (Orgs). Extractivismo, despojo y mudanças climáticas: desafios para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de nuestra América. 1 ed. Buenos Aires: Herramienta, El Colectivo, 2013. p336. p. 21-41.

SEOANE, José.; ALGRANATI, Clara. Disputas socioambientales: câmbios y continuidades em la conflictividad social em América Latina. In: Extractivismo, despojo y mudanças climáticas: desafios para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de nuestra América. 1 ed. Buenos Aires: Herramienta, El Colectivo, 2013. p. 336. p. 41-61.

SOUZA, José Gilberto. Os limites do território. AGRÁRIA, São Paulo, 10/11, p. 99-130, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 320p.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. Maldesarollo: La Argentina Del extractivismo y el despojo. 1 ed. Buenos Aires: Kats editores. 2014. 425p.

VELHO, Otavio. Capitalismo autoritário e campesinato. 1 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976. 261p.

ZICARÍ, Julián. Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 18, nº. 29 p. 10-47 Jul/Dez. 2015.